

NORBERT ELIAS, UMA TEORIA MAIS ALÉM DO INDIVÍDUO E DA SOCIEDADE

Norbert Elias, a theory beyond the individual and society

Norbert Elias, una teoría más allá del individuo y de la sociedad

Norbert Elias, une théorie au-delà de l'individu et de la société

 10.5020/23590777.rs.v24i1.e13266

Andre Oliveira Costa  

Psicanalista, professor visitante do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Norbert Elias opõe-se fortemente aos pensamentos que estabelecem barreiras intransponíveis entre os termos antitéticos, elementos cujas existências seriam separadas umas das outras, como se fossem entidades autônomas e independentes. Seu projeto de uma teoria social é superar a oposição excludente que sustenta que as coisas dependem *ou* do indivíduo *ou* da sociedade. Na perspectiva de Elias, o que acontece é uma imbricação na qual os dois elementos se influenciam mutuamente, cada um produzindo transformações no outro. De acordo com sua sociologia figuracional, o processo de formação da autocoeção do indivíduo, ao mesmo tempo que direciona suas ações e seus desejos, também determina o modo como a sociedade se organiza. O indivíduo, por sua vez, não se transforma passivamente, mas se molda conforme as estruturas da sociedade.

Palavras-chave: *homo clausus*, poder, dependência

Abstract

Norbert Elias strongly opposes the thoughts that establish insurmountable barriers between antithetical terms, elements whose existence would be separated from each other as if they were autonomous and independent entities. His project for a social theory is to overcome the exclusionary opposition that upholds that things depend either on the individual or society. From Elias' perspective, what happens is an overlap in which the two elements influence each other, each one producing transformations in the other. According to his figurational sociology, the process of forming the individual's self-coercion while directing his actions and desires also determines how society is organized. The individual, in turn, does not transform passively but molds himself according to the structures of society.

Keywords: *homo clausus*, power, dependence

Resumen

Norbert Elias se opone fuertemente a los pensamientos que establecen barreras insuperables entre los términos antitéticos, elementos cuyas existencias serían separadas unas de las otras, como si fuesen entidades autónomas e independientes. Su proyecto de una teoría social es superar la oposición excluyente que sujeta que las cosas dependen o del individuo o de la sociedad. En la perspectiva de Elias, lo que pasa es una imbricación en la cual los dos elementos se influyen mutuamente, cada uno produciendo transformaciones en el otro. De acuerdo con su sociología figuracional, el proceso de formación de la auto represión del individuo, a la vez que direcciona sus acciones y sus deseos, también determina el modo como la sociedad se organiza. El individuo, por su vez, no se transforma pasivamente, pero se moldea según las estructuras de la sociedad.

Palabras clave: *homo clausus*, poder, dependencia

Résumé

Norbert Elias s'oppose fortement aux pensées qui établissent des barrières insurmontables entre les termes antithétiques, des éléments dont les existences seraient séparées les unes des autres, comme s'il s'agissait d'entités autonomes et indépendantes. Son projet de théorie sociale vise à dépasser l'opposition d'exclusion qui affirme que les choses dépendent soit de l'individu soit de la société. Du point de vue d'Elias, ce qui se passe est une imbrication dans laquelle les deux éléments s'influencent mutuellement, chacun produisant des transformations dans l'autre. Selon sa sociologie figurative, le processus de formation de l'autocontrainte de l'individu, tout en dirigeant ses actions et ses désirs, détermine également la manière dont la société s'organise. L'individu, à son tour, n'est pas passivement transformé, mais s'adapte en fonction des structures de la société.

Mots-clés: homo clausus, pouvoir, dépendance

A intenção de ultrapassar as especializações entre as ciências encontra-se nos fundamentos do projeto de Norbert Elias quando, por exemplo, em *A Sociedade dos Indivíduos* (Elias, 1994a), ele apresenta sua proposta de liberar o pensamento da compulsão de compreender os termos indivíduo e sociedade como opostos entre si. Esse texto, e a obra de Elias como um todo, busca pensar os indivíduos como indissociáveis das relações sociais, assim como impede de conceber a sociedade como resultante de um agrupamento de seus membros. A proposta de Elias (Lahire, 2013; Pagès, 2018), então, tece críticas aos pensamentos que se apoiam na divisão entre o indivíduo psicológico e as estruturas sociais, na medida em que a escolha de apenas uma dessas posições, seja uma concepção elementar, baseando-se apenas na unidade isolada de qualquer relação com outros, seja uma estrutura totalizante, que trata das formações sociais como entidades supraindividuais, exteriores e separadas dos indivíduos, assumindo posições éticas que podem produzir efeitos nefastos.

Assim, o que faz com que os seres humanos se liguem uns aos outros? Quais os mecanismos que organizam a trama do tecido social? As respostas para essas perguntas levaram Elias a produzir rupturas e avanços não apenas na sociologia, mas também em disciplinas como história, filosofia e psicanálise.

Homo clausus: os conflitos sociais manifestos nas ciências

No livro *Norbert Elias: Uma Sociologia dos Processos*, Sabine Delzescaux (2001) identifica três características da sociologia de Elias. Primeiro, enquanto *sociologia pluridimensional*, ela situa que seu principal objeto, o ser humano, além de ser constituído de carne e osso, é também um ser histórico, que se localiza em um tempo e em um espaço. A segunda característica da sociologia de Elias se refere à *pluridisciplinaridade*. O pano de fundo de seu projeto sociológico conecta, em um mesmo modelo científico, a história, a sociologia e a psicanálise, entre outras disciplinas. A história se apresenta como uma ciência imprescindível para a análise dos processos sociais em longa duração, revestida de processos e mudanças. Só podemos falar de indivíduos ou sociedades considerando que eles se desenvolvem permeados por histórias que antecedem suas próprias existências. Apesar de sofrer algumas críticas de Elias ao não considerar os efeitos das transformações sociais nas estruturas psíquicas dos indivíduos, a teoria psicanalítica contribuiu com a sociologia eliasiana, trazendo questões relativas àquilo que, no escopo da formação das configurações sociais, foi recalcado no inconsciente. Por fim, ainda conforme Delzescaux (2001), a sociologia de Elias é marcada pela *processualidade*. O conceito de processo talvez seja um dos mais importantes da obra eliasiana, inscrevendo em suas pesquisas as transformações e as mudanças das estruturas sociais e das estruturas psíquicas sem precisar recorrer a um ponto de origem.

A pergunta principal de Norbert Elias insiste em ser respondida. Por que as ciências, em seus conceitos e fundamentos, e mesmo a linguagem do senso comum, ainda se referem aos indivíduos como se eles fossem seres autônomos, isolados dos outros indivíduos? Algumas disciplinas tratam as sociedades como superiores e mais reais que os indivíduos, determinando-as como entidades submetidas às forças das macroestruturas. Outras se voltam aos indivíduos como estruturas isoladas das relações sociais e dos processos históricos, capazes, portanto, de serem apreendidas e compreendidas por critérios universalizantes.

Para Elias, os usos que as diferentes ciências fazem dos termos indivíduo e sociedade são manifestações de jogos de poder. Desse modo, suas críticas recaem sobre a pretensão absolutista de conhecimento, que busca ocupar uma posição superior em relação às outras disciplinas (Heinich, 2001). De acordo com Elias, o pedantismo epistêmico é resultado de um processo histórico e social que conduziu a formação dos indivíduos que, pouco a pouco, eram coagidos a adotar um grau elevadíssimo de refreamento e de controle afetivo, afastando o olhar do “mundo externo” para dentro de si mesmo (Mennell, 2015). Mas, por trás do processo civilizador, há uma lógica de exclusão que desconsidera tudo o que é racional, universal e indubitável, fazendo com que a razão seja suficiente para produzir a sua própria verdade. Desse modo, o processo civilizador, em um projeto de apagamento, esquece e denega conflitos que substanciavam as relações sociais. Afirma Elias (1994a, p. 32):

É esse conflito no interior do indivíduo, essa “privatização” ou exclusão de certas esferas da vida da interação social (...) que levam o indivíduo a achar que, “dentro” de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só “depois” se relaciona com os outros “do lado de fora”.

Norbert Elias aponta (1993, 1996) alguns fatores que pesaram a balança para o lado do processo de individualização. Entre eles, a formação dos Estados nacionais, por meio do monopólio da violência física e do controle econômico, o aumento da divisão de trabalho e a introjeção de mecanismos de autocontrole sobre pulsões e afetos foram condições que produziram importantes transformações na economia psíquica dos indivíduos. Esses, por sua vez, passaram a ter um maior autocontrole sobre seus comportamentos e emoções, independentemente da ação de agentes externos, aumentaram a estabilidade e a pacificação das relações sociais, assim como ampliaram os níveis de interdependência e diferenciação entre si. Uma nova racionalidade surgia como consciência moral, produzindo fundamentos éticos e imperativos morais que deveriam guiar a conduta e o pensamento humano conforme as leis da razão. Ao mesmo tempo, ainda seguindo Elias, surge uma ideia de “eu” individual separado por uma parede invisível do que é da natureza, do corpo e dos tempos passados, cuja transmissão se faz de geração a geração pela formação de linguagem e de hábitos específicos. Conflitos epistêmicos acabam por reproduzir conflitos sociais, distinguindo quem possui maior poder e maiores privilégios daqueles que são considerados inferiores e de menor valor.

A suposição de um sistema social estável e completo acaba desconsiderando os aspectos processuais e encontrando expressão no modo de pensar de certas teorias científicas. O homem que se vê como uma “personalidade fechada”, separado de todos os outros, reproduz este isolamento na forma como ele conhece o mundo e a si mesmo. Encontramos esse tipo de pensamento reproduzido na filosofia, onde existe o *homo philosophicus*, que é aquele que adquire conhecimento do mundo externo, que não é visto como um ser cuja vida passou pelo desenvolvimento da infância à etapa adulta ou mesmo pelo desenvolvimento histórico. Uma personagem, acima de tudo, que é considerada uma entidade ideal, estática e que deve ser considerada em sua replicabilidade universal. A principal questão, então, passa a ser encontrar o melhor caminho, o método mais adequado, para ter acesso ao mundo exterior.

A imagem do indivíduo metafísico é acompanhada pelo *homo oeconomicus*, *psycho-analyticus*, *historicus* e *sociologicus*, definidas pela figura que Norbert Elias denominou de *homo clausus*: “seu núcleo, seu ser, seu verdadeiro eu aparecem igualmente como algo nele que está separado por uma parede invisível de tudo o que é externo, incluindo todos os demais seres humanos” (Elias, 1994c, p. 238). A natureza dessa parede nunca chegou a fazer questão para essas disciplinas. Aquilo que separa o interno do externo já estaria dado e estabelecido como uma condição auto evidente da própria condição humana. A ideia de processo é reduzida a um estado e a civilização, ao invés de fazer referência às transformações sociais, passa a ser definida como um estado ideal acabado ou, no melhor dos casos, pronto para ser atingido.

Segundo Stephen Mennell (1992), o conceito de *homo clausus* remete à ideia de uma pessoa, no singular, um “sujeito” do conhecimento, uma única mente pensante dentro de um container fechado, desde onde olha para fora e se debate para conhecer os “objetos” de fora presentes no “mundo externo”. Entre esses objetos estão outras mentes, igualmente fechadas dentro de seus próprios containers. Uma das maiores dificuldades para os epistemólogos é a questão sobre como um “sujeito” pensante pode conhecer alguma coisa desde seu próprio enclausuramento.

Que implicações sobre as ciências derivam do estabelecimento dessas antíteses próprias de um determinado modo de pensar? A psicologia, para Elias (1994a), se apresenta por vezes como um ramo das ciências que se sustenta na divisão entre uma psicologia individual, que trata as funções psicológicas como se elas fossem independentes das relações com os outros, e uma psicologia das massas, que não consegue incluir os processos psíquicos do indivíduo. Na tarefa de determinar as leis naturais responsáveis pela forma como os indivíduos controlam seus comportamentos, acaba por ser uma disciplina que aproxima as ciências naturais das ciências sociais. Por essa lógica, poderíamos afirmar que haveria uma “mente individual” e uma “mente coletiva”. Entre o objeto da psicologia individual e o objeto da psicologia das massas se inscreveria uma enorme diferença, de modo que eles seriam considerados completamente à parte um do outro.

Na filosofia (Kilminster, 2007, 2011) o sujeito é caracterizado como uma entidade isolada de qualquer alteridade, chegando a ser considerado, por exemplo, uma mônada, por Leibniz, um *automata*, por Thomas Hobbes, ou uma *res cogitans*, por Descartes. As teorias do contrato social, sustentada por Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, reproduzem a necessidade de uma ligação artificial em uma relação entre indivíduo e sociedade que originalmente seria entre termos distintos. A presunção metafísica, desse modo, recusa sua própria dimensão histórica e processual, reduzindo a razão a um isolamento absoluto que dispensa suas experiências e sua aprendizagem. Mas, para Elias, é a condição de poder que transforma as ciências em discursos peremptórios e arrogantes, atraindo os indivíduos para o aproveitamento de privilégios e para o reconhecimento narcísico de verdades que prometem alcançar, denegando suas estruturas de poder.

Trata-se, desse modo, de um jogo de linguagem que se utiliza da lógica da dominação para reproduzir seus próprios interesses. Seguindo Burke (2012), Elias traça críticas também à história, quando essa disciplina aponta para a compreensão do caráter único dos acontecimentos enquanto reflexo de ações dos indivíduos, nos processos históricos, determinadas por atos voluntários daqueles que se destacam pelo poder. Elias foi um crítico da historiografia dominante (Kirschner, 2014),

uma disciplina que se reduz à descrição das ações e dos fatos, pautados na liberdade dos indivíduos como fundamento de decisões e de atos voluntários de personagens isoladas de outras relações sociais. A psicanálise, por sua vez, também é incluída nesse conjunto de disciplinas científicas reducionistas, na medida em que, conforme Joly (2012), Freud separou a história do indivíduo da história da sociedade. A respeito disso, Elias (1994a, p. 53) afirma:

Essa forma específica de superego, esse cerceamento especialmente vigoroso e semi-automático de todos os impulsos e afetos direcionados para outrem, foi o que permitiu ao indivíduo – de maneira cada vez mais perceptível a partir do Renascimento – perceber-se como “sujeito” e perceber o mundo como uma coisa separada dele por um abismo, como o “objeto”.

Algumas críticas de Elias à psicanálise aparecem no texto *Sociologia e Psiquiatria* (2010), no qual o sociólogo questiona o estatuto de “ciência” para os diferentes ramos de conhecimento que têm como objeto o ser humano. A despeito do discurso interdisciplinar, as ciências resistem em dialogar mais profundamente umas com as outras, ficando presas aos usos de uma linguagem técnica e especializada, em uma redução de conceitos, modelos e explicações que servem para determinar o *status* do *savoir-faire* profissional de cada grupo de especialistas. Afirma Elias (2010, p. 49): “Os diferenciais de poder entre os diferentes grupos profissionais científicos são realmente consideráveis”. O que se encontra em jogo, para o sociólogo, é o processo de hierarquização das disciplinas segundo o grau de reconhecimento, prestígio e oportunidade.

Cada disciplina científica considera seu próprio tipo de explicação como uma verdade que deve predominar sobre as outras, reduzindo o valor de todas as outras que não concordam com ela e tomando a si mesmo como um tipo fundamental (Elias, 1994b). Da mesma forma, as disciplinas que se destacam consideram as explicações das outras áreas como ameaças contra sua autonomia. Como efeito, para sustentar seus *status*, as especialidades científicas acabam mascarando a interdependência com outras disciplinas e, portanto, construindo um modelo unitário e redutor do ser humano. No que diz respeito à psiquiatria, por exemplo, o paciente ocupa o lugar central da cena do diagnóstico, enquanto todas as outras pessoas são deslocadas para os bastidores. Quaisquer referências aos processos históricos e sociais, a gramática social que determina modos específicos de relações entre os indivíduos, são excluídas de seus fundamentos. De outro lado, Elias contrapõe que, para a sociologia, as configurações sociais são prioritárias e bem estruturadas, sem conseguir investigar as redes de relações particulares que um indivíduo estabelece com outros.

Enquanto modelo teórico, o *homo psychiatricus* se fundamenta na hipótese que existe uma divisão radical entre o que ocorre no “interior” e o que ocorre no “exterior” do ser humano tomado individualmente. (...) Por consequência, o *Homo psychiatricus* é um ser humano privado da maioria dos atributos que poderíamos qualificar de “sociais”, tais como os atributos ligados ao status da família, o êxito escolar, a formação profissional e o ofício, ou ainda as características e as formas de identificação nacional. (Elias, 2010, p. 56)

Representado na figura do *homo clausus*, o indivíduo é visto essencialmente como um sistema fechado, que percebe a si mesmo como o centro do mundo e cujos processos internos são considerados mais independentes em relação ao que diz respeito aos fatores “externos” ou sociais, considerados como periféricos. Resultado do processo civilizatório que levou à formação das sociedades industriais contemporâneas, esse indivíduo acaba por ser o centro de todas as coisas, isolado e solitário, contrapondo-se a termos como “grupo” ou “sociedade” ao fazerem referência a todas as coisas situadas fora dele, que o envolve como um ambiente.

Nessa perspectiva, termos como “indivíduo” e “sociedade”, apesar de excludentes entre si, recebem significados muito parecidos. Assim, a medida em que eles foram contrapostos um ao outro, eles carregam a marca da autonomia e da exclusão, como se existissem indivíduos fora da sociedade e sociedades fora dos indivíduos. Para Elias (2008), nem a sociologia nem qualquer outra disciplina científica deve sustentar, reproduzir e reforçar essa dicotomia, com o risco de carregar e transmitir os efeitos nefastos de uma ruptura que impõe ao indivíduo um lugar de isolamento social e desconsidera os processos subjetivos quando se volta às dinâmicas sociais.

Conforme Mennell (1977), a proposta de Elias de ultrapassar a dicotomia entre os termos “indivíduo” e “sociedade” se dirige ao campo das ciências humanas em geral, mas especialmente às disciplinas da sociologia, filosofia, psicologia e história. Coloca-se a necessidade de operar uma nova revolução copernicana para redimensionar os lugares de sujeito e objeto. Antíteses como “dentro *ou* fora”, “próprio *ou* alheio”, “eu *ou* outro” e “natural *ou* social” são suspensas quando o indivíduo passa a se considerar como parte de uma rede de relações humanas constituídas, por um lado, pela dependência que ele tem das outras pessoas e, por outro lado, pela dependência que os outros têm dele. De acordo com a introdução que Elias escreveu para a edição de 1968 de *O Processo Civilizador* (Elias, 1993), as ciências humanas não podem mais fazer referências a termos como “indivíduo”, “sociedade”, “ego” ou “sistema social”, como se fossem entidades separadas, estáticas e autônomas. Não são dois termos isolados, mas “aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos” (Elias, 1994c, p. 220).

Nessa introdução, Elias (1994c) descreve que, já no início de suas pesquisas, tinha a intenção de “solucionar o renitente problema da ligação entre estruturas psicológicas individuais (as assim chamadas estruturas de personalidade) e as formas criadas por grandes números de indivíduos interdependentes (as estruturas sociais)” (Elias, 1994c, p. 217). A civilização é

um processo e este se faz por mudanças nas quais as transformações das estruturas sociais e da estrutura da personalidade estão interligadas entre si. As mudanças na gramática social acarretam mudanças na economia psíquica.

As forças que empurram um ser humano em direção ao outro são numerosas e variadas. Contudo, ainda carecemos de perspectivas teóricas que disponham de elementos que considerem as valências de cada indivíduo dentro de uma estrutura de conjuntos de valências que foram configurações entre indivíduos interdependentes. A pergunta que percorre a obra de Elias reaparece no texto *Sociologia e Psiquiatria* (2010): como os dois tipos de estrutura – as estruturas dos grupos que formam os indivíduos e as estruturas dos indivíduos tomados isoladamente – estão ligadas uma à outra? Elias assume a tarefa de elaborar um modelo teórico que ultrapasse essa dicotomia. Para tanto, é preciso redirecionar os pensamentos hegemônicos que organizam e orientam as diferentes ciências. Entretanto, esse modelo não permite compreender a continuidade entre a estrutura da personalidade e a estrutura social. Em seu texto *Sociologia e Psiquiatria*, Elias (2010, p. 59) afirma:

Mas a tarefa do sociólogo, tal como eu a concebo, consiste em elaborar um conceito de ser humano que não seja influenciado nem pelos slogans políticos em vigor nem pelo tipo de experiência de si que deixa supor que o si é, de algum modo, só, separado por um muro intransponível de todos aqueles que se encontram “fora”. A capacidade de se destacar deste tipo de experiência e dos modos de pensar que ela induz é a condição *sine qua non* de toda ruptura com as tradições teóricas e práticas fossilizadas. Mas realizar uma ruptura tão profunda não é fácil. Isso requer uma reorganização radical de nossas representações e dos conceitos que utilizamos para as exprimir.

Desse modo, Elias está preocupado em investigar como foi operado os processos de exclusão ao longo dos séculos, as mudanças civilizatórias, o desenvolvimento dos hábitos e das emoções, que separaram os indivíduos uns dos outros e instauraram valores de distinção entre eles. A solução de Elias, de acordo com Mennell (1992, p. 193), é pensar a imagem do indivíduo como um ser aberto, um *homines aperti*, “traçando as mudanças na estrutura da personalidade de mãos dadas com as mudanças na estrutura das relações humanas em sociedade como parte de um processo global”. Norbert Elias, então, se lança à tarefa de fundar uma ciência capaz de considerar as transformações dos modos de controle psíquico conforme as modificações das relações sociais ao longo dos séculos. As estruturas da psique, as estruturas da sociedade e as estruturas da história deveriam compor o objeto de uma única ciência humana (Elias, 1994a, p. 38). Para tanto, seu pensamento deve abdicar de posições estáticas.

Laços invisíveis ou “O que une os indivíduos não é cimento”

Norbert Elias pretendia romper com concepções científicas que tratam o indivíduo como um ser autossuficiente ou a sociedade como uma superestrutura à parte, igualmente independente. Ele apresentou seu projeto de pesquisa em *A Sociedade dos Indivíduos* da seguinte maneira (Elias, 1994a, p. 18): “Mas e se uma compreensão melhor da relação entre indivíduo e sociedade só pudesse ser atingida pelo rompimento dessa alternativa ou isto/ou aquilo, desarticulando a antítese cristalizada?”. Não é possível pensar o ser humano senão em meio a uma rede histórica e social de relações com outros indivíduos. Uma criança nasce dentro de uma família, ocupando a função de filha/o, irmã/o, sobrinha/o ou neta/o. Ela faz parte de diferentes configurações, nas quais cada membro é dependente um do outro, formando um contexto de interdependência.

A família, a sociedade ou qualquer outro grupo social formam conjuntos que não podem ser considerados nem harmoniosos nem completos em si mesmos. Trata-se, antes de tudo, de uma relação sustentada entre aquilo que Elias diferencia como *identidade e ideal de eu e identidade e ideal de nós*: “Entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social, parece haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas” (Elias, 1994a, p. 18). Elias, então, se volta para a compreensão dos elementos que produzem laços de união entre os indivíduos capazes de constituir uma coletividade que nunca é uma totalidade completa em si mesma, mas sempre aberta em um fluxo contínuo de indivíduos ao longo dos tempos. “O que une os indivíduos não é cimento” (Elias, 1994a, p. 20), diz Elias, em tom de brincadeira. Mas quais os elementos, qual ordem oculta, levam os indivíduos a conviverem uns com os outros, estabelecendo diferentes tipos de relações entre si? Sua resposta parece ser bem simples. Cada pessoa, dentro dessa rede de relações sociais, tem um lugar, uma *função*, assumindo algum tipo de tarefa que se produz no contexto das interdependências entre os indivíduos.

Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. (Elias, 1994a, p. 21)

A rede de funções interdependentes não é formada por indivíduos particulares. Também não é por causa de um único indivíduo, nem de um desejo soberano, que as pessoas estabelecem relações entre si. A sociedade não é constituída pela soma das vontades individuais, nem houve uma decisão coletiva que instaurou – por exemplo, via contrato social – o

modo como as pessoas poderiam se relacionar entre si. Assim como os indivíduos não existem fora dos laços que formam as estruturas sociais, estas também não existem fora dos indivíduos. Indivíduos e sociedades são lados de uma mesma estrutura, estão em continuidade um com o outro, de modo que eles se atravessam e se determinam mutuamente. Os indivíduos internalizam mecanismos sociais de controle – instanciados no que Freud (1923/2011) denominou de *supereu* – que organizam a economia psíquica, a pulsão e seus afetos através de *habitus* e costumes. A partir disso, Norbert Elias (2008) propõe pensar uma estrutura cujo todo deve ser compreendido não como indivíduos existentes de forma independente das sociedades, nem sociedades existentes de forma independente dos indivíduos, mas como uma estrutura formada por *funções interdependentes* entre seus elementos.

Como exemplo do funcionamento das configurações sociais, Elias (2008) propõe que imaginemos um grupo de bailarinos performando uma dança de salão. Os passos, os gestos, o ritmo, os movimentos de cada um dos dançarinos são sincronizados com os dos outros. Para aquele que quisesse, eles também poderiam ser isolados e explicados como movimentos autônomos, em que cada indivíduo é responsável por seus próprios atos. Contudo, todos os comportamentos estão conectados entre si, determinados pelas relações que atravessam os tempos e as distâncias.

Desde quando os indivíduos se ligam uns aos outros e formam uma coletividade? Para Norbert Elias (2008) não devemos pensar conforme as religiões ou mesmo algumas ciências – dentre as quais a psicanálise está incluída –, que tiveram que criar um mito para explicar a origem das sociedades, como se, em determinado momento da história, houvesse uma única pessoa, ou um pai da horda primitiva, a partir da qual todas as outras foram formadas. Não é possível compreender a natureza dos laços sociais se o pensamento for reduzido a uma dimensão mítica das origens das sociedades. Elias (1994a, pp. 26-27) afirma: “Todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam, antes dele. E não é só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existiam antes dele para poder crescer”. Devemos nos distanciar dos pensamentos que pressupõem a situação de um indivíduo isolado dos demais, e sempre pensar de forma processual.

Outro fator para a explicação de porque os indivíduos se ligam uns aos outros diz respeito à sua natureza constitutiva. A condição primordial de despreparo físico e do desamparo psíquico do ser humano aparece no pensamento de Norbert Elias como um elemento fundamental para compreendermos como os indivíduos se dirigem aos outros e formam redes de relações interdependentes. Em *A Sociedade dos Indivíduos*, Elias (1994a, p. 27) afirma: “Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto”. A noção de desamparo não é estranha à psicanálise freudiana. Freud (1930/2010b) valeu-se dela para qualificar a condição primordial dos indivíduos, aquilo que os faz buscar amor e proteção nas pessoas que são responsáveis por seus primeiros cuidados.

Apenas em sociedade é que uma criança se torna capaz de aprender, entrando em um mundo de trocas simbólicas. Apenas em sociedade é que ela constrói seus processos identificatórios e desenvolve mecanismos de autocontrole. Cada sociedade possui suas características próprias em relação a esses processos, de forma que os indivíduos se constituem conforme se organizam as estruturas sociais nas quais eles surgem. Em sociedades menos complexas, o nível de individuação de cada um de seus membros é menor, os lugares que eles podem ocupar são mais restritos e as funções que eles podem executar são mais parecidas entre si. Nesse sentido, Elias (1994a, p. 28) aponta: “A partir do estudo do processo civilizador, evidenciou-se com bastante clareza a que ponto a modelagem geral, e, portanto, a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas”. Para o sociólogo, as estruturas psíquicas são afetadas pela estrutura da sociedade, de modo que a economia psíquica está em íntima relação com a gramática social, ou seja, com o modo como a sociedade se configura. Desse modo, a psicanálise se mostra como uma teoria fundamental em Elias quando considera que também a estrutura psíquica, organizada nos processos econômicos inconscientes, nas forças pulsionais, nas instâncias psíquicas e nos mecanismos de defesa, sofrem transformações conforme as transformações das relações sociais (Zabludovsky, 2015).

O controle social das pulsões, o processo de diferenciação e de individualização, o aumento da divisão do trabalho e da competição entre as pessoas foram elementos que aumentaram a tensão psíquica, exigindo dos indivíduos a resolução interna de conflitos que antes eram direcionados para o exterior. A sociedade vai pressionando os indivíduos, que se sentem coagidos a frear a espontaneidade de seus comportamentos e de seus afetos para não correrem o risco de perder seu lugar dentro da rede social. Como efeito, desejos se inscrevem psiquicamente como impossíveis de serem realizados, permanecendo escondidos dos outros e da própria pessoa, nos recantos obscuros do inconsciente.

As ações que cada indivíduo realiza são efeitos e produzem repercussões dentro da rede de contatos. Essas ações “não são produtos de seu ‘interior’ nem de seu ‘ambiente’, nem tampouco de uma interação entre um ‘dentro’ e um ‘fora’ originalmente distintos, mas constituem uma função e um precipitado de relações, só podendo ser entendidos (...) a partir da totalidade da rede” (Elias, 1994a, p. 35). Isso vale para os afetos, para as ideias, para os desejos, para as pulsões e até mesmo para estruturas psíquicas como *Id*, *Eu* e *Supereu*. Todos eles são expressões do indivíduo que realiza uma função dentro de uma rede de relações com outros indivíduos, trazendo consigo a história das relações humanas.

Mesmo a psicanálise, ao propor distinções entre “consciente” e “inconsciente” (Freud, 1916-1917/2014), entre as instâncias psíquicas (Freud, 1923/2011) ou entre “realidade material” e “realidade psíquica” (Freud, 1920/2010a), não

poderia considerar esses elementos como se fossem naturais, mas como parte de um processo social e histórico, resultados da interação entre os seres humanos em grupos ou sociedades. Os termos que compõem a estrutura psíquica não deveriam receber o estatuto de substâncias, isto é, entidades imutáveis, estáticas e autônomas, mas de *funções*, ou seja, “*formas particulares de auto-regulação da pessoa em relação a outras pessoas e coisas*” (Elias, 1994a, p. 36). As instâncias psíquicas e a economia pulsional são expressões do modo como as relações sociais se configuram, dos mais diferentes tipos de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Isso implica dizer, portanto, que as estruturas psíquicas, ao estarem em correspondência com as estruturas sociais, possuem uma capacidade de transformação que nem mesmo Freud, segundo Elias, conseguiu elaborar em profundidade.

Para cada gramática social devemos pensar uma economia psíquica correspondente, que manifesta seus conflitos e suas histórias em uma forma particular de sofrimento. A leitura sobre o processo civilizador fornece as condições para compreender como os indivíduos são capazes de recalcar para o inconsciente elementos que, em outras épocas, manifestavam-se abertamente nas relações entre as pessoas. As funções psíquicas se caracterizam pelo que Elias (1994a) chama de *moldagem social*, descrevendo uma estrutura psíquica que não se constitui segundo condições hereditárias, mas conforme a história da relação com os outros seres.

Norbert Elias vai contra a corrente que naturaliza os comportamentos, os sentimentos e mesmo os mecanismos de autocontrole que atuam automaticamente na forma de *habitus*. O processo de formação dos Estados, o aumento da divisão de trabalho, a complexificação das relações de dependência e o crescente grau de identificação entre os indivíduos foram alguns dos fatores responsáveis pela construção de mecanismos individuais de autorregulação cada vez mais complexos. Assim como Freud identificou, na formação de sintomas psíquicos, manifestações de conflitos sociais, Elias reconheceu que os *habitus sociais* expressam individualmente modos como a sociedade se organiza. Uma sociedade escravagista, por exemplo, reproduz nos indivíduos economias psíquicas particulares que reproduzem seus lugares sociais, seja como escravagista ou escravizado. Assim, o indivíduo é moldado pela relação com outros indivíduos e principalmente com o lugar que ele ocupa dentro da história da rede dessas relações. Uma função dentro de um contexto histórico de dependências com outros indivíduos. Dependência com os que os precederam e mesmo com os que vão lhe suceder.

O processo histórico de transformação das relações sociais se reproduz na transformação da economia psíquica, de modo que os indivíduos acabam reproduzindo singularmente, através da formação de sintomas e *habitus sociais*, os conflitos que se manifestam entre diferentes grupos ou classes sociais, que buscam para si e excluem dos outros condições de prestígios, privilégios, reconhecimentos, poder e *status*. Sustentado na economia psíquica de Freud freudiano e na economia social de Karl Marx (1867/2013), Elias (1994a, p. 44) descreve como os conflitos sociais se reproduzem nos conflitos psíquicos:

Justamente a monopolização dos bens e valores que satisfazem essas múltiplas demandas instintivas, essas formas sublimadas de desejo – que satisfazem, em suma, a fome do ego e do superego –, justamente esse monopólio, ao lado da monopolização daquilo que satisfaz a fome elementar, cresce em importância para a gênese das tensões sociais na mesma medida em que avança a diferenciação das funções sociais e, portanto, das funções psíquicas, na mesma medida, igualmente, em que o padrão de vida normal de uma sociedade se eleva acima da satisfação das necessidades alimentares e sexuais mais elementares.

A forma como as pessoas estão em relação de interdependência acarreta uma série de tensões em busca de poder de um grupo sobre o outro, subjugando, controlando e explorando sua existência social e até mesmo sua existência física. As transformações que ocorreram, ao longo dos séculos, no equilíbrio das forças entre os grupos sociais produziram diferenças na forma como se construíram os mecanismos de autorregulação das pulsões, dos afetos e dos comportamentos. O jogo de forças, resultado da interdependência entre os indivíduos, determina o poder que cada um exerce sobre o outro, estabelecendo extensões de mobilidade e de ação mais ou menos elásticas, conforme a posição social ocupada (Elias, 2008). Grupos ou pessoas que detêm um certo poder sobre outros mais fracos, apropriando-se das melhores oportunidades e retirando dos outros as melhores possibilidades para se realizarem socialmente, acabam reduzindo os indivíduos subalternos ao lugar de marginais, de indivíduos antissociais.

Na seção sobre os problemas das interdependências humanas do livro *Introdução à Sociologia* (Elias, 2008), Elias destaca ao menos três formas de dependências entre os indivíduos. Suas críticas começam apontando para as teorias que desconsideram as características biológicas do ser humano como elementos essenciais para a formação de ligações sociais. Sob influência do conceito freudiano de pulsão, Elias sustenta que é o corpo que, em sua busca por satisfação, começa por estabelecer relações com outros indivíduos. “Nem a própria satisfação deriva inteiramente do nosso corpo – também está muito dependente dos outros. Esta é, na verdade, uma das interdependências universais que ligam as pessoas” (Elias, 2008, p. 148). Uma crítica que não deixa de se voltar à psicanálise, ao destacar que não se trata de uma dependência que visa apenas a satisfação das necessidades sexuais. O estabelecimento da relação com os outros busca uma maior variedade de realizações afetivas, além da sexual. Nesse sentido, as ligações afetivas são valências abertas que se mostram como uma primeira forma de afastar o indivíduo da ideia de *homo clausus*.

Com o aumento das redes de relações nas configurações sociais, deixa-se de considerar apenas as relações interpessoais para buscar ligações afetivas que alcançam símbolos da coletividade. Desse modo, as pessoas podem se ligar emocionalmente

umas às outras pela identificação a símbolos ou a ideais culturais. “O indivíduo que formou esta ligação será tão profundamente afectado quanto esta unidade social, à qual está afectivamente ligado, for conquistada ou destruída, depreciada ou humilhada, como quando morre alguém amado”, afirma Elias (2008, p. 151). O alargamento das relações afetivas, nesse caso, implica o alargamento da dimensão das esferas “eu” e “nós”, a ponto de incluir, na rede de relações afetivas, grandes unidades sociais como os Estados e as nações.

Ainda sobre os problemas das interdependências, Elias destaca as ligações políticas e econômicas como elementos que possibilitam o estabelecimento das configurações. A pergunta que ele coloca já no início da seção dirige toda sua obra, visando compreender o que leva os indivíduos a formarem laços sociais uns com os outros: “Quais serão as características comuns das diferentes configurações que, nos vários estádios de desenvolvimento, ligaram os indivíduos por este tipo de vínculo predominantemente emocional?” (Elias, 2008, p. 152). Ora, na extensão da linha de entendimento de Weber (2004) sobre o Estado como uma unidade social apropriada do uso da violência física, os indivíduos unem-se em agrupamentos maiores com o objetivo de defenderem suas vidas e sobreviverem aos ataques de outros grupos.

Intimamente associado ao monopólio da violência física está o monopólio econômico. Karl Marx (1867/2013) foi um pensador sensível a isso ao compreender que, em sociedades industrializadas, os perigos decorrentes das diferenças sociais e econômicas eram muito maiores do que os perigos oriundos de outros grupos e indivíduos externos. A economia é descrita como uma ação do Estado para proteger os interesses de uma determinada camada social, a classe burguesa em ascensão. Do ponto de vista da subjugação da classe dos trabalhadores, a defesa dos interesses econômicos da burguesia pelo Estado – como a estabilidade dos comerciantes e de suas propriedades, o cumprimento dos contratos e as taxas de comercialização entre as indústrias – era algo que deveria ser suprimido, levando Marx a pensar a economia como uma esfera autônoma em relação à esfera estatal, quer dizer, a economia seguindo suas próprias leis. Por sua vez, o desenvolvimento das instituições políticas se fazia no lastro das relações de comércio e indústrias, especialmente no que diz respeito à complexificação das divisões sociais e ao aumento das interdependências.

A divisão das sociedades industriais em classes sociais e os conflitos de interesses dela decorrente são determinados por fatores econômicos. As lutas por poder surgem em função das possibilidades e dos acessos econômicos entre os diferentes grupos sociais. O poder atravessa as relações determinando aqueles que correspondem ao lugar de comando e aqueles que devem obedecer. No caso da sociedade industrial, dividida entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial, o poder marca a relação entre o chefe da fábrica e o trabalhador. A política, nesse sentido, atravessa as relações de interdependências conforme a distribuição de poder instaura uma diferença na hierarquia dos grupos sociais que ultrapassa a relação econômica. As possibilidades de poder são distribuídas de forma desigual entre os indivíduos, pois o que se visa na luta por poder é, antes de tudo, a necessidade de ser reconhecido pelo lugar de destaque, pelo *status* e pelo prestígio.

Em uma entrevista concedida a Peter Ludes, intitulada “*Conhecimento e Poder*”, Elias descreve o poder como fruto das relações sociais e não como algo inerente ou uma propriedade, que pode ser colocada no bolso. O poder é político, mas também é econômico e afetivo, de conhecimento e de violência.

Na realidade, o que chamamos “poder” é um aspecto de uma relação, de cada uma das relações humanas. O poder tem a ver com o fato de que existem grupos ou indivíduos que podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, sentido ou proteção frente a ataques (isto é, segurança), assim como conhecimento ou outras coisas. (Elias, 1984, p. 53)

O que se destaca nessa entrevista tardia na vida de Norbert Elias é considerar o poder não apenas como o monopólio econômico ou da violência, mas também como um monopólio do conhecimento que antagoniza classes inferiores de classes dominantes e que impõe, para o estabelecimento de um equilíbrio, uma luta pelo direito à educação. Por muitos séculos, os indivíduos que dominavam o conhecimento tinham poder sobre os que deles dependiam. A Igreja, por exemplo, contribui com importância para essa disjunção, excluindo facilmente todos os seres humanos do saber que ela possuía. Ao longo de muitos séculos mantiveram um conhecimento revelado exclusivamente para si, de modo a conquistar espaços, privilégios e *status* dentro da sociedade. Muitos Estados modernos controlam instituições educativas, principais responsáveis pelo processo de civilização de crianças em nossas sociedades, como forma de monopolizar ou mesmo silenciar o conhecimento de disciplinas que transmitem modos de pensar e questionar as realidades. O mesmo ocorre no nível universitário, no qual teorias complexas, com conhecimentos técnicos e especializados, afastam os indivíduos por sua linguagem particular e de difícil acesso.

Conclusão

Norbert Elias sempre esteve preocupado em resolver a histórica antítese entre indivíduo e sociedade. Para o sociólogo, distinções entre eu e outro, natureza e cultura, interno e externo, são expressões do processo civilizador e do modo como as sociedades foram se organizando historicamente. Sua solução passa por resgatar a teoria psicanalítica como fundamento de sua teoria sobre o processo civilizador. Tanto para Freud, quanto para Elias, a civilização se edifica sobre o recalçamento das pulsões. Assim, sobretudo com o conceito de *supereu*, Elias pensou que a formação de *habitus sociais* reproduzem nos

indivíduos formas específicas de conflitos sociais, ou melhor, os indivíduos reproduzem, na formação de uma economia psíquica própria, os conflitos sociais que foram transferidos para os bastidores do inconsciente.

Mesmo tendo passado por diversas guerras e por fortes crises econômicas ao longo dos tempos, os Estados e as nações criaram imagens de sociedades ideais, eternas e imutáveis em seus aspectos essenciais, como se fossem representantes dos mais altos valores da humanidade. Assim, ideais nacionais e conservadores tornam-se cada vez mais fortes em alguns países dominantes (Elias, 2013). Como consequência, os indivíduos criaram imagens de si equiparadas aos mais altos valores da vida humana, conforme as mais altas imagens criadas por suas nações. Com base nisso, pensam que pertencem a sistemas sociais equilibrados e estáveis, cujas partes estão harmoniosamente bem integradas entre si, com valores e tradições seguros e com papéis sociais bem definidos. Pressupõem que nesse sistema ideal há um alto grau de igualdade entre as pessoas, uma integração que repousa na uniformidade de seus membros.

O indivíduo, muitas vezes, aparece existindo fora da sociedade, e a sociedade também aparece como existindo fora do indivíduo, quando, por exemplo, o Estado recebe maior valor sobre o indivíduo ao exigir dele a entrega de sua própria vida diante de um contexto de guerra. Contudo, mais do que isso, essa parede intransponível estabelece posições teóricas diferentes que implicam em posições éticas divergentes. A escolha de um lado dessa equação reproduz uma lógica da distinção que sempre busca pensar quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem é *outsider*, quem merece privilégios e quem deve ser descartado, quem é humano e quem não é.

Referências

- Burke, P. (2012). Norbert Elias and the social history of knowledge. *Human Figurations*, 1(1), 1-9. <http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0001.102>
- Delzescaux, S. (2001) *Norbert Elias: Une sociologie des processus*. L'Harmattan.
- Elias, N. (1993). *O Processo Civilizador* (Vol. 1). Zahar. (Trabalho original publicado em 1939)
- Elias, N. (1994a). *A sociedade dos indivíduos* (Cap. 1, pp. 11-60). Zahar. (Trabalho original publicado em 1987)
- Elias, N. (1994b). *Teoria Simbólica*. Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1989)
- Elias, N. (1994c). *O Processo Civilizador* (Apêndice, Vol. 1, pp. 214-251). Zahar. (Trabalho original publicado em 1968)
- Elias, N. (1984). *Conocimiento y poder* (Cap. 1, pp. 53-120). Las Ediciones de La Piqueta.
- Elias, N. (1996). *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Zahar (Trabalho original publicado em 1969)
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia*. Edições 70. (Trabalho original publicado em 1970)
- Elias, N. (2010). *Sociologie et psychiatrie. Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse*. La Découverte. (Trabalho original publicado em 1969)
- Elias, N. (2013). Sociology... done in the right way': Interview with Johan Heilbron. *Interviews and Autobiographical Reflections* (Vol. 17, Chapter 3, pp. 141–159, The Collected Works of Norbert Elias). UCD Press. (Trabalho original publicado em 1984/1985)
- Freud, S. (2010a). *Obras completas: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (Cap. 2, pp. 161-240). Companhia das Letras. (Trabalho original publicada em 1920)
- Freud, S. (2010b). *Obras completas: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)* (Cap. 18, pp. 13-124). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). *Obras completas: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (Cap. 2, pp. 13-75). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)

- Freud, S. (2014). *Conferências Introdutórias à psicanálise (1916-1917)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916/1917)
- Heinich, N. (2001). *A sociologia de Norbert Elias*. Edusc.
- Joly, M. (2012). *Devenir Norbert Elias. Histoire croisée d'un processus de reconnaissance scientifique: la réception française*. Fayard.
- Kilminster, R. (2007). *Norbert Elias: Post-philosophical Sociology*. Routledge.
- Kilminster, R. (2011). Norbert Elias's Post-philosophical Sociology: From 'Critique' to Relative Detachment. *The Sociological Review*, 59(1), 91–116. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2011.01980.x>
- Lahire, B. (2013). Elias, Freud, and the human science. In F. Dépelteau & T. Savoia Landini (Eds.), *Norbert Elias and Social Theory* (pp. 75–89). Palgrave Macmillan.
- Mennell, S. (1977). "Individual" action and its "Social" consequences in the work of Elias. In P. Gleichmann, J. Goudsblom & H. Korte (Eds.), *Human Figurations: Essays for/Aufsätze für Norbert Elias* (pp. 99–109). Amsterdams Sociologisch Tijdschrift.
- Mennell, S. (1992). *Norbert Elias: An introduction*. UCD Press.
- Mennell, S. (2015). Sociogenesis and psychogenesis: Norbert Elias's historical social psychology as a research tradition in comparative sociology. *Comparative Sociology*, 14(4), 548–564. <https://doi.org/10.1163/15691330-12341357>
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política, livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo (Trabalho original publicado em 1867)
- Kirschner, T. C. (2014). História e sociologia: a contribuição de Norbert Elias. *História e Cultura*, 3(3), 53-65. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i3.1409>
- Pagès, C. (2018). *Elias et les disciplines*. Presses Universitaires François-Rabelais.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Zabludovsky, G. (2015). *Norbert Elias y los Problemas Actuales de la Sociología*. Fondo de Cultura Económica.

Como Citar:

Costa, A. O. (2024). Norbert Elias, uma teoria mais além do indivíduo e da sociedade. *Revista Subjetividades*, 24(1), e13266. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e13266>

Endereço para correspondência

Andre Oliveira Costa
E-mail: androlicos@gmail.com



Recebido: 14/11/2021
Revisado: 05/07/2023
Aceito: 26/07/2023
Publicado: 20/02/2024